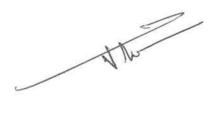
31 de dezembro de 2022

minhocom





Índice

A)	RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
1.	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	3
2.	ATIVIDADE DA ENTIDADE	23
3.	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO	27
4.	PERSPETIVAS FUTURAS	27
5.	IMPACTO DO CONFLITO ARMADO ENTRE RÚSSIA E UCRÂNIA NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	28
6.	AÇÕES PRÓPRIAS	28 29
7.	AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES	29 29
8. 9.	SUCURSAIS DA SOCIEDADE PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	29
	OBJETIVOS E POLÍTICAS DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS	29
11.	ÎNFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	30
	DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	31
	Nota final	31
B)	ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	32
C)	ÓRGÃOS SOCIAIS	33
D)	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	34
RAI	ANÇO ÎNDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	34
	IONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	35
	IONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2022	36
	IONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2021	37
	IONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA	38
ANE	XO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	39
E)	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	64
F)	RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	66



A) Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Ex.mos Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração, no cumprimento das exigências legais e estatutárias, vem apresentar a V. Ex. as o Relatório de Gestão relativo ao período económico de 2022.

Tendo em conta que o ambiente em que nos inserimos está diretamente relacionado com a expansão ou a retração da economia mundial, antes de passarmos a apresentar os dados da entidade, efetuaremos uma breve abordagem aos dados macroeconómicos, internacionais e nacionais, mais importantes.

1. Enquadramento macroeconómico

1.1 Quadro macroeconómico internacional

A economia mundial desacelera em 2022, depois da forte recuperação da atividade em 2021. O Produto Interno Bruto (PIB) mundial abrandou ao longo de 2022, em resultado da contração registada nos Estados Unidos da América (EUA) e na China, no primeiro caso influenciado sobretudo pelo impacto da redução dos estímulos orçamentais e, no segundo, pelas restrições impostas com o ressurgimento de casos de COVID-19. O agravamento das repercussões económicas da invasão da Ucrânia, o impacto da inflação elevada sobre o poder de compra das famílias e o aperto das condições monetárias e financeiras conduziram a uma deterioração das perspetivas para a atividade na área do euro na segunda metade do ano. O cenário central das projeções do Banco Central Europeu (BCE) incorpora uma estagnação do PIB da área do euro neste período (2,1% em 2022).

A invasão russa da Ucrânia, a 24 de fevereiro de 2022, ocorreu num cenário económico global já de si perturbado, após dois anos de pandemia de COVID-19, com um abrandamento da recuperação económica, pressões sobre as cadeias de abastecimento, de si já fragilizadas durante a pandemia devido a constrangimentos logísticos e à escassez de bens intermédios, e uma pressão sobre os preços que culminou num agravamento da inflação. Este conflito bélico veio contribuir para o agravamento deste cenário, acentuando-o e juntando-lhe outros problemas. A invasão russa da Ucrânia tem impacto em três áreas chave: o setor energético e dele dependente, o comércio alimentar e as cadeias de abastecimento.

A subida dos preços de importação de matérias-primas energéticas e de bens alimentares traduz-se numa perda de termos de troca que conduz a uma transferência de rendimento real das economias







importadoras para os países exportadores. A suspensão pela Rússia do fornecimento de gás à Europa no início de setembro de 2022, sem horizonte temporal definido, tem impacto negativo sobre a atividade na área do euro e sobre a procura externa dirigida à economia portuguesa.

Indicadores Macroeconómicos	2020	2021	2022(e)
PIB:			
EUA	-2,8	5,9	1,9
União Europeia	-5,7	5,4	2,4
Área Euro	-6,1	5,3	2,1
Japão	-4,5	1,7	1,9

Mi.

Fonte: GPEARI Finanças Leitura: Variação Percentual

(e) estimativa

O aumento da inflação tem sido superior e mais persistente do que o esperado. A inflação continuou a aumentar à escala global, atingindo valores que não eram observados na generalidade das economias avançadas desde a década de 1980. Esta evolução da inflação levou a generalidade dos bancos centrais a alterar a orientação da política monetária. Na área do euro, a subida da inflação reflete maioritariamente um aumento dos preços dos bens energéticos e alimentares. As pressões sobre os preços têm-se generalizado aos outros bens e serviços, refletindo uma transmissão rápida e forte das pressões sobre os custos de produção e, no caso dos serviços, refletindo os efeitos da reabertura da economia. As projeções do BCE apontam para uma inflação na área do euro de 10% no final do ano de 2022, atingindo 8,1% em média anual em 2022.







Indicadores Macroeconómicos	2020	2021	2022(0)
Inflação:			
EUA	1,2	4,7	10,7
União Europeia	0,7	2,9	11,5
Área Euro	0,3	2,6	10,0
Japão	0,0	-0,2	3,8
Taxa de Desemprego:			
EUA	8,1	5,4	4,8
União Europeia	7,2	7,0	6,0
Área Euro	8,0	7,7	6,5
Japão	2,8	2,8	2,6
Índice de Produção Industrial:			
EUA	-7,0	4,9	3,3
União Europeia	-7,1	8,2	5,3
Área Euro	-7,5	7,9	4,3
Japão	-10,6	5,6	4,5

Fonte: FMI/ Comissão Europeia/ Eurostat/ GPEARI Financas

Leitura Variação Percentua

(e) - estimativa

As projeções consideram a manutenção de preços elevados das matérias-primas energéticas em 2022 e uma subida das taxas de juro de curto prazo. O preço do gás volta a aumentar na segunda metade de 2022, atingindo níveis historicamente elevados (204 euros em *megawatt*-hora). O preço do petróleo supera o preço médio de 2021. Desta forma, o preço médio do petróleo aumentou para 98,9 dólares por barril em finais de 2022.

Matérias-primas	2020	2021	2022 ^(e)
Petróleo Brent USD/Barril (1)	42,4	83,8	98,9

Fonte: Ministério das Finanças / Bánco de Portugal Leitura: (1) Preco medio do Barril/USD

Os mercados financeiros internacionais continuaram voláteis e dominados pela incerteza. Com a continuidade do atual conflito militar e a incerteza a ele associada, tem-se verificado um aumento do pessimismo dos investidores perante uma possível recessão económica provocada pela reversão da política monetária expansionista que marcou a última década. Os índices bolsistas internacionais – Dow Jones para os EUA e Euro Stoxx 50 para a área do euro – apresentaram, no terceiro trimestre de





minhocom

2022, uma quebra acumulada de quase 7% e de 4%, respetivamente, face ao período precedente, refletindo as preocupações em torno da evolução futura das economias e das taxas de juro. Simultaneamente, tem-se assistido a uma forte depreciação do euro face ao dólar, tendo atingido em setembro o nível mais baixo dos últimos 20 anos.

As principais economias avançadas implementaram políticas monetárias restritivas no decorrer de 2022, com o objetivo de contrariar a subida galopante da taxa de inflação. A Reserva Federal dos EUA aumentou a taxa de juro de referência ao longo de 2022, para o intervalo situado entre 3,75% e 4,00% no final do ano, e o Banco de Inglaterra procedeu à subida da taxa de juro oficial para os 3,00% em novembro de 2022. Também, o Conselho do BCE aumentou ao longo de 2022 as três taxas de juro diretoras devido ao agravamento das pressões inflacionistas e para atenuar a forte depreciação do euro face ao dólar. Neste contexto, as taxas de juro de curto e longo prazos dos EUA e da área do euro continuaram a apresentar uma tendência ascendente em dezembro, invertendo o ciclo de taxa de juros negativas.

Taxas de Juro Referência	2020	2021	2022 ^(e)
Área do Euro	0,00	0,00	2,00
EUA	0,00 a 0,25	0,00 a 0,25	3,75 a 4,00
Japão	-0,10	-0,10	-0,10
Reino Unido	0,10	0,25	3,00

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal Leitura: Percentagem, no final do período

A inversão da política monetária acomodatícia do BCE traduz-se num agravamento das condições monetárias e financeiras para a economia portuguesa. O aumento das taxas de juro diretoras do BCE transmitiu-se às taxas de juro dos novos empréstimos e dos empréstimos existentes indexados a uma taxa de referência. A trajetória esperada de subida das taxas de juro dos empréstimos às sociedades não financeiras e a particulares no próximo ano terá um impacto não negligenciável sobre o rendimento disponível das famílias e a situação financeira das empresas.

Assim, no final de dezembro de 2022, as taxas de juro Euribor a 3, 6 e 12 meses situavam-se em 2,13%, 2,73% e 3,26%, respetivamente. Nos EUA, as taxas de juro de curto prazo subiram para 4,77% no final de 2022.







minhocom

his

2020	2021	2022 ^(e)
-0,50	-0,51	1,89
-0,55	-0,58	1,88
-0,55	-0,57	2,13
-0,53	-0,55	2,73
-0,50	-0,50	3,29
0,24	0,21	4,77
-0,08	-0,08	-0,03
	-0,50 -0,55 -0,55 -0,53 -0,50	-0,50 -0,51 -0,55 -0,58 -0,55 -0,57 -0,53 -0,55 -0,50 -0,50 0,24 0,21

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal

Leitura: Percentagem, no final do período

Os mercados cambiais refletiram o impacto do conflito militar na Ucrânia sobre o sentimento de risco global. Tendo-se assistido a uma forte depreciação do euro face ao dólar, para se situar em 1,067 no final de dezembro de 2022, refletindo sobretudo o pessimismo dos investidores perante uma possível recessão económica global.

Divisas	2020	2021	2022
EUR/USD	1,227	1,133	1,067
EUR/JPY	126,49	130,38	140,66
EUR/GBP	0,899	0,840	0,887
EUR/CHF	1,080	1,033	0,985

Fonte: Ministerio das Finanças / Banco de Portugal Leitura: Paridade das Divisas, no final do periodo

Concluindo, o cenário macroeconómico internacional está fortemente marcado pela incerteza e pela quebra dos níveis de confiança da generalidade dos agentes económicos. A possibilidade de impactos económicos mais adversos associados à invasão da Ucrânia é a principal fonte de incerteza. Em particular, necessidades de racionamento de energia e cortes de produção superiores aos anteriormente previstos, nomeadamente devido a um inverno mais rigoroso do que o habitual na Europa, aumentam a possibilidade de uma evolução mais fraca da atividade em Portugal no final do ano.





1.2 Quadro macroeconómico nacional

A economia portuguesa cresce 6,7% em 2022 num contexto de recuperação da crise pandémica, e beneficiando da recuperação do turismo e do consumo privado. A economia portuguesa em 2022 fica marcada pela antecipação da recuperação do nível pré-pandemia, que ocorreu logo no primeiro trimestre, e por uma desaceleração posterior, traduzida numa relativa estabilização do PIB. O enquadramento externo e financeiro tem vindo a deteriorar-se pela via de aumentos da inflação e das taxas de juro, que têm efeitos adversos sobre o rendimento disponível real. Estes efeitos são atenuados em 2022 pelo bom desempenho do mercado de trabalho, refletido no dinamismo do emprego e dos salários nominais, bem como no aumento da taxa de atividade para níveis historicamente elevados.

A resiliência do consumo privado decorre também da canalização para despesas de parte da poupança acumulada pelas famílias durante a crise pandémica, bem como das medidas de apoio levadas a cabo pelo Governo. Em contraste, o investimento cresce apenas ligeiramente, decorrente da maior incerteza, dos constrangimentos da oferta e do aumento dos custos de financiamento. As exportações, lideradas pela componente de serviços, mantêm uma recuperação significativa, mas em desaceleração trimestre após trimestre.

O consumo privado cresce 5,5% em 2022 (4,7% no ano anterior), beneficiando do desvanecimento das restrições associadas à pandemia e da realização de compras adiadas.

O consumo público deverá crescer 2% em termos reais em 2022, desacelerando face ao ano anterior (4,6%). Este decréscimo reflete um abrandamento do emprego público em linha com o observado na primeira metade do ano (1,8% que compara com 3% em 2021), a que acresce algum impacto na recuperação das horas trabalhadas para níveis pré-pandemia.







Indicadores Macroeconómicos	2020	2021	2022 ^(e)
Despesa e PIB			
 Consumo Privado 	-7,1	4,7	5,5
- Consumo Público	0,4	4,6	2,0
- FBCF	-2,2	8,7	1,2
Exportações	-18,6	13,5	17,9
Importações	-11,8	13,3	11,3
– PIBpm	-8,3	5,5	6,7
Inflação	-0,1	0,9	7,8
Índice de Produção Industrial - IT	-8,3	4,1	-1,9
Índice Volume Negócios na Indústria - IT	-11,7	14,2	23,0
Índice PSI 20	-6,1	13,7	2,7
Taxa de Desemprego	7,0	6,6	5,8

Fonte: Ministerio das Finanças/ Banço de Portugal

Leitura: variação percentual, à exceção da Taxa de Desemprego-

O investimento desacelera, crescendo apenas 1,2% em 2022 (8,7% em 2021), num contexto de restrições de oferta, aumento de custos de produção, agravamento das condições de financiamento, baixa execução dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e elevada incerteza. Estes fatores pesam na evolução do investimento empresarial, antecipando-se uma relativa estabilização em 2022, após uma variação de 7,1% no ano anterior. O investimento em habitação também abranda este ano, com o impacto do aumento da inflação e das taxas de juro sobre a procura a reforçar os fatores limitativos do lado da oferta. Por tipo de ativo, os sinais de desaceleração são extensíveis a todas as componentes, destacando-se a evolução do investimento em construção, que representa quase metade do total, num contexto de constrangimentos relacionados com a falta de pessoal especializado e materiais, cujos custos continuam a aumentar.

As exportações de bens e serviços mantêm um dinamismo elevado em 2022 (17,9%, após 13,5% em 2021), acima da procura externa, implicando ganhos adicionais de quota de mercado. Esta evolução é impulsionada pelas exportações de serviços, em particular os relacionados com o turismo. Em 2022, as exportações de turismo crescem cerca de 86%, refletindo, em larga medida, um efeito de arrastamento associado ao dinamismo do ano anterior. Ao longo do ano, as exportações de turismo mantêm o perfil de recuperação, mas a um ritmo menor. O comportamento das exportações de turismo continua a beneficiar do levantamento gradual das restrições associadas à pandemia e da realização de despesas adiadas, não obstante alguns riscos associados à perda de poder de compra a nível global.



Sara

O mercado de trabalho mantém um desempenho notável, apesar de alguns sinais de moderação ao longo do ano. Em 2022, o emprego acelera face ao ano anterior (2,3%, após 1,9% em 2021), refletindo a evolução do emprego por conta de outrem. As horas trabalhadas crescem 5,1% (3,1% em 2021), ultrapassando o nível pré-pandemia no final do ano. A taxa de atividade aumenta, contribuindo para prolongar o crescimento sustentado da oferta de trabalho nos últimos anos. A taxa de desemprego, após uma redução em 2021 para 6,6%, diminui novamente em 2022, situando-se em 5,8%, valor historicamente baixo.

Em 2022, a inflação aumenta para 7,8%, refletindo as crescentes pressões externas sobre os preços. Este é o valor mais elevado desde 1993. A forte procura dos bens e serviços, cujo consumo foi condicionado na primeira fase da pandemia, também contribuiu para a trajetória ascendente ao longo de 2022. A trajetória de recuperação do consumo iniciada no segundo trimestre de 2021 mantém-se até ao final de 2022, embora a um ritmo menor. Este abrandamento ocorre num quadro de aumento da incerteza e redução da confiança, e reflete o impacto negativo do aumento da inflação e das taxas de juro sobre o rendimento das famílias. O rendimento disponível real estagna (0,2%, após 2,2% em 2021), condicionado pelo perfil marcado da inflação. Enquanto a taxa de poupança reduz-se de 9,8% para 4,9%, permitindo a aceleração do consumo num contexto de elevada inflação e estagnação do rendimento disponível real. Contudo, a deterioração das expectativas económicas a curto prazo e o aumento da incerteza deverá justificar um aumento da poupança por motivo de precaução.

Concluindo, a economia portuguesa cresce 6,7% em 2022 num contexto de recuperação da crise pandémica. Os efeitos negativos da agressão militar russa na Ucrânia foram-se acentuando ao longo do ano, implicando uma relativa estabilização da atividade a partir do segundo trimestre. Estes efeitos serão mais notórios em 2023, antecipando-se uma desaceleração significativa face a 2022. A deterioração das perspetivas de curto prazo para a economia portuguesa está associada às repercussões da invasão na Ucrânia – a necessidade de racionamento de energia na Europa durante o inverno, a manutenção de preços elevados deste tipo de matérias-primas e o aumento da incerteza. Paralelamente, a manutenção de pressões inflacionistas generalizadas e persistentes tem conduzido a uma atuação restritiva da política monetária a nível global. O enquadramento externo e financeiro mais desfavorável e o choque sobre o poder de compra das famílias implicam uma evolução mais adversa do PIB nos próximos trimestres.

Neste contexto, é urgente promover uma utilização efetiva e eficaz dos fundos do PRR e acelerar a prossecução de reformas no seu âmbito, o que contribuirá para inverter a desaceleração recente do investimento privado e publico e sustentar a atividade económica no curto e médio prazo.



minhocom

1.3 O setor das telecomunicações

2022 foi o ano da consolidação da recuperação económica definitiva dos operadores de telecomunicações após a crise pandémica. As receitas ultrapassaram os registos do ano 2019 e os volumes de tráfego continuaram em máximos históricos após a finalização dos confinamentos e o regresso às rotinas de trabalho presencial.

Durante este ano acelerou-se o protagonismo das redes abertas, exploradas por operadores de infraestruturas fixas (fibra) e móveis (torres), que estão progressivamente a mudar a estrutura do setor nos mercados mais maduros, nomeadamente na Europa. Adicionalmente, os serviços 5G continuaram o seu crescimento, embora de forma desigual nas diferentes regiões do mundo, com a Ásia e a América do Norte nas posições de liderança.

Cabe destacar o crescente protagonismo dos novos operadores com origem no mundo dos centros de dados e dos conteúdos como a Amazon ou a Google, os denominados "hyperscalers", com investimentos cada vez mais significativos nas redes e serviços de telecomunicações anteriormente monopolizados pelos operadores tradicionais.

Em termos mais concretos, o ano ficou marcado, a nível global, pelos seguintes eventos:

- ✓ A conetividade mundial continuou a crescer, mas ainda está longe de ser acessível a toda a população. No início do ano, a União Internacional das Telecomunicações comunicou que 2.700 milhões de pessoas, aproximadamente um terço da população mundial, ainda não tinha acesso à Internet, apesar da diminuição dos preços relativos das comunicações no mundo. Assim, por exemplo, o peso do acesso a serviços de banda larga móvel na renda disponível diminuiu de 1,9% para 1,5%. Apenas 39% dos jovens em países de baixo rendimento tiveram neste ano acesso à Internet, em comparação com 23% do restante da população. Em termos de equidade de género, só 63% das mulheres tinham acesso à Internet, o que representa 259 milhões abaixo do número de homens, que atingiu 69% do total;
- ✓ Em setembro, a União Internacional de Telecomunicações escolheu com 139 votos a favor a diplomata americana Doreen Bogdan-Martin para ser a primeira mulher a liderar o principal órgão de governo das comunicações mundiais, derrotando o candidato russo, que obteve 25 votos;
- ✓ No ano transato, a receita global dos operadores de telecomunicações continuou a crescer e, no mês de junho, a consultora IDC comunicou que atingiu o valor de 1.566 mil milhões de dólares, 1,6% acima do ano anterior. Para 2022, espera-se um crescimento global de 1,4%;



Sara I f

- ✓ No que respeita ao tráfego total, os hyperscalers (Google, Netflix, Meta, Apple, Amazon e Microsoft) foram responsáveis por 57% do valor global. Nessa base, os donos das redes de telecomunicações que garantem o transporte destes dados duplicaram durante este ano a exigência de compensações pelo elevado grau de utilização por parte dos operadores de nova geração;
- ✓ O enorme valor do tráfego de telecomunicações aumentou também o peso relativo das emissões de CO2 das tecnologias digitais, que já representam 6% do valor total global;
- ✓ Em 2022 continuou o processo de venda de ativos por parte dos operadores históricos de serviços de telecomunicações, com o objetivo de diminuir a dívida financeira e investir em novas geografias e tecnologias, como o 5G. Assim, por exemplo, a Telefonica comunicou que, durante os últimos 6 anos, vendeu ativos por 12.500 milhões de euros, incluindo redes de fibra ótica em cinco mercados;
- ✓ O 5G chegou no final de 2022 a mais de mil milhões de utilizadores, fundamentalmente asiáticos, com coberturas de 90% na Coreia do Sul e de 60% na China. Nos Estados Unidos de América, a cobertura foi superior a 45%, mas, na Europa, permaneceu ainda abaixo dos 20%. Foi sintomático também o investimento dos hyperscalers em tecnologias anteriormente reservadas aos operadores tradicionais de telecomunicações, como os serviços móveis. Assim, durante este ano, a AWS (operação de data centres detida pela Amazon) comunicou o lançamento de redes 5G privativas em vários mercados americanos;
- ✓ Os cabos submarinos tiveram durante este ano um desenvolvimento muito notável como consequência do aumento das necessidades de conetividade global. O desgelo dos polos está a abrir novas rotas, tendo sido lançado o primeiro cabo através do Ártico, com um investimento de 1.150 milhões de dólares. Os hyperscalers são também uma força dominante neste âmbito, possuindo já 80% da capacidade total disponível nos seus próprios cabos e sendo a Google, com 14 sistemas submarinos, o maior operador do mundo.



Mi minhocom

Ao nível europeu, destacaram os seguintes acontecimentos:

- ✓ O desenvolvimento de novas redes de fibra ótica com modelos de negócios exclusivamente grossistas foi uma das atividades principais na Europa durante este ano. Entre os muitos lançamentos, destacaram-se no mês de julho a parceria entre a Telefonica, a Liberty e o fundo InfraVia para investir 4.500 milhões de libras numa nova rede FTTH no Reino Unido e o lançamento na Alemanha, em outubro, do projeto da Altice e da Vodafone FibreCo para cobrir 7 milhões de casas em seis anos, com um investimento previsto de 7 mil milhões de euros;
- ✓ A consolidação de operadores de telecomunicações continuou em 2022 nos principais mercados europeus, sendo Espanha um dos mais ativos, com um valor acima dos 25 mil milhões de euros e com cinco operações de M&A acima dos mil milhões de euros. Entre eles, destaca-se a fusão paritária da MasMovil com a Orange, que culminou em julho do ano passado e que atingiu um valor de 19 mil milhões de euros. No Reino Unido, Patrick Drahi, dono da Altice Europe, conseguiu no mês de agosto a aprovação do governo britânico para a aquisição de uma posição de 18% na BT Group, passando assim a ser o seu principal investidor;
- ✓ A crise energética teve um impacto transversal em todos os mercados europeus pelo aumento dos custos de alimentação das centrais, provocando a aceleração da migração das redes de cobre e dos serviços ADSL para as redes de fibra, que são muito mais eficientes no consumo de energia. Assim, a título de exemplo, a Telefonica vendeu a sua rede de cobre ao fundo Macquarie em Espanha por 200 milhões de euros e avançou para 2024 o fecho definitivo desta rede;
- ✓ Os aumentos nos fatores de custo provocaram aumentos significativos dos preços das comunicações em 2022. Em Espanha, a Telefonica comunicou aumentos de 6,8% em média no final do ano e, a Vodafone, entre 5 a 8% dependendo do tipo de contrato. Adicionalmente, muitos operadores lançaram planos de diminuição de custos que, no caso deste último operador, atingiram os mil milhões de euros;
- ✓ No que respeita aos serviços móveis, após um investimento de 34,8 mil milhões de euros na compra de espetro 5G nos mercados europeus, os operadores acabaram por atrasar o arranque comercial dos serviços em relação ao observado na Ásia e nos Estados Unidos. Apesar do enorme valor do investimento nos direitos de utilização de frequências 5G, o valor total ficou aproximadamente 10% abaixo do valor pago pelas licenças 4G na década anterior;
- ✓ A abertura das redes próprias dos operadores à concorrência através da venda de ativos para criar operadores exclusivamente grossistas também continuou a ter uma grande expressão no segmento móvel, sendo a principal operação do ano a parceria da Vantage Towers,





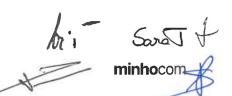
anteriormente controlada pela Vodafone, com os fundos KKR e GIP, que acordaram partilhar equitativamente o controlo da empresa;

- ✓ Além da separação das operações retalhistas e grossistas por parte dos operadores de telecomunicações, tradicionalmente verticalizados, um outro movimento observado de forma crescente durante 2022 foi a substituição dos sistemas fechados dos fornecedores tradicionais de equipamentos ativos por plataformas abertas e virtuais, como é o caso do novo operador 5G 1&1 na Alemanha ou das novas redes de fibra da Telefonica, que começaram a utilizar equipamentos genéricos de hardware e aplicações de software aberto em substituição das soluções tradicionais da Huawei e da Nokia;
- ✓ Finalmente, os operadores europeus continuaram a marcar o caminho nas práticas de sustentabilidade ESG, projetando a eliminação total das emissões sem compensação durante os próximos dez anos. Todos os principais operadores aumentaram o seu compromisso ambiental através de medidas de diminuição de consumo ou de inovação tecnológica, como foi o caso, por exemplo, da Vantage Towers em Alemanha, que instalou 752 microturbinas para aumentar a autonomia energética das suas torres.

Por fim, cabe destacar os seguintes aspetos no panorama nacional:

- ✓ Os operadores portugueses deram sinais de uma recuperação completa após a crise pandémica, apresentando um crescimento nas receitas para valores acima dos obtidos em 2019. Assim, na metade do ano e em relação ao semestre homólogo, o crescimento da receita conseguido pela MEO, NOS e Vodafone foi de 16,5%, 8% e 6% respetivamente, com aumentos do EBITDA igualmente significativos;
- ✓ Este crescimento de receitas foi suportado com um aumento substancial do tráfego nas redes de banda larga, que cresceu 8,9% em termo homólogos e atingiu no final do ano um valor mensal de 252 GB por utilizador, novo máximo histórico. De acordo com a aplicação Netmede promovida pelo regulador e com base em milhares de testes, a velocidade média de download e de upload dos serviços de banda larga fixa em Portugal foi de 110 e 73 Mbps, respetivamente. Os valores equivalentes dos serviços de banda larga móvel foram de 11 e 7 Mbps, aproximadamente 90% abaixo das velocidades da banda larga fixa;
- ✓ Estes aumentos estiveram suportados no crescimento da cobertura das redes de nova geração, que no final do primeiro semestre atingiu 5,9 milhões de alojamentos (91,1% do total), com um crescimento de 3,1% em relação ao período homólogo. A fibra ótica continuou a ser a tecnologia preferida, sendo escolhida por 90% dos novos clientes e atingindo um total





de 3,4 milhões (+7,1%), que representam 62,8% do total de clientes de banda larga fixa. Entre eles, 150.000 contrataram serviços com velocidades de 1Gbps ou superior;

- ✓ No âmbito dos serviços móveis, a principal novidade foi o arranque da cobertura do país com serviços 5G. Os três operadores históricos ofereceram serviços 5G sem custo adicional durante os três primeiros trimestres do ano e os três novos entrantes ainda não arrancaram com as operações. A Digi assinou um contrato para hospedar 2.000 estações nas torres da Cellnex. A Dense Air foi adquirida no início do ano pelo fundo SIP, que tem a Alphabet (dona da Google) como principal investidor;
- ✓ No que respeita aos cabos submarinos, 2022 não foi ainda o ano da concretização do novo CAM Ring. Em outubro, o Governo finalizou a atualização do enquadramento legal para permitir à IP Telecom avançar com os procedimentos contratuais num regime de subconcessão. Entretanto, as rotas transatlânticas dos cabos Atlantis 2 e Columbus III, em que se suportam as ligações das ilhas ao continente, começaram a ser descomissionados. A AFR-IX anunciou no início do ano o lançamento do cabo Medusa, que deverá ligar em 2024 Portugal a uma dúzia de países na bacia do Mediterrâneo. Em maio, o cabo Equiano, propriedade da Google, aterrou em Sesimbra para ligar Portugal à Africa do Sul. Adicionalmente, a Ellalink anunciou um novo cabo submarino para ligar as estações submarinas de Carcavelos e Sines;
- ✓ Em Sines, a Start Campus começou em abril a construção do seu primeiro centro de dados, com capacidade de 15 MW e 130 milhões de euros de investimento, que deverá finalizar na primeira metade de 2023 e reforçará os 100 MW atualmente existentes na região de Lisboa, distribuídos pelos outros 20 centros de dados. O atrativo da região foi também confirmado pela AWS, que anunciou em 2022, a abertura de uma nova "região local" em Lisboa, o que garante o lançamento de novos serviços inovadores e de alta qualidade;
- ✓ Em termos de operações corporativas, os três principais operadores do mercado fizeram anúncios significativos em 2022. De acordo com a Reuters, no início do ano, a Altice suspendeu a exploração de opções para uma parceria estratégica de capital. Na segunda metade do ano, a Sonaecom conseguiu trocar a participação de 50% na ZOPT, empresa conjunta com a investidora angolana Isabel dos Santos, por uma participação direta adicional de 26,1% na NOS. E, no que respeita à Vodafone, comunicou em setembro a compra da Nowo, o quarto maior operador em Portugal, anteriormente detido pela espanhola MasMovil. Outras operações destacáveis foram a aquisição de 95% da Fibroglobal pela FastFiber e a compra da ArTelecom pelo fundo Ardian;
- ✓ No âmbito público, o Parlamento aprovou em julho a nova Lei das Comunicações Eletrónicas, que reforça a proteção dos clientes;



minhocom

- ✓ Pela sua parte, o regulador setorial, ANACOM, teve um ano particularmente intenso na sua atividade consultiva, regulatória e fiscalizadora.
 - Na primeira vertente, destaca-se o processo de consulta para o lançamento de um programa de subsídios ao desenvolvimento de redes de banda larga nas denominadas "zonas brancas", que são as áreas ainda sem cobertura. Em maio, o Governo aprovou o mapa das zonas brancas e reservou 160 milhões de euros para a cobertura com serviços de 1Gbps, num período máximo de três anos, dos 470.000 alojamentos identificados. Espera-se o lançamento do concurso no início de 2023;
 - No âmbito regulatório, cabe destacar a diminuição dos preços da oferta de acesso a postes (ORAP) e a condutas (ORAC) em 20% e 35% respetivamente;
 - ➤ E, no âmbito fiscalizador, a ANACOM multou em 15 milhões de euros os três principais operadores por falhas na comunicação aos clientes do aumento dos preços dos serviços.
- ✓ Finalmente, cabe salientar o sucesso limitado da tarifa social de acesso à Internet que, quatro meses após o lançamento em 21 de fevereiro, só tinha conquistado 750 clientes dos 780.000 elegíveis.

A nível operacional, e analisando os dados publicados pela Autoridade Nacional de Comunicações, a pandemia de COVID-19 provocou um forte crescimento dos serviços *over-the-top (OTT)*, sobretudo das chamadas de voz ou vídeo, do *videostreaming on demand*, da frequência de cursos online, bem como da compra de produtos online. Apesar de ainda se encontrarem apenas disponíveis os dados de 2021, verifica-se que 80% dos utilizadores da Internet efetuaram chamadas de voz ou vídeo pela Internet, mais 10 p.p. do que em 2020 e mais 27 p.p. que em 2019. Portugal ultrapassou a média da UE27 (+7 p.p.). O *instant messaging* foi utilizado por 91% dos utilizadores de Internet. O nível de utilização deste tipo de aplicações em Portugal encontrava-se 12 p.p. acima da média da UE27. Em 2020, cerca de 34% dos utilizadores de Internet subscreveram serviços *videostreaming on demand* (+20 p.p. que em 2018), encontrando-se Portugal na 15.ª posição no *ranking* da UE27.



minhocom

O quadro que se segue apresenta o número de clientes residenciais em Portugal com Redes e Serviços de Alta Velocidade em local fixo, bem como o número de assinantes no final do primeiro semestre de 2022, em relação ao mesmo período ano anterior.

Evolução do número de clientes residenciais com acesso a Redes de Alta Velocidade

	15 :	1S 2021		1S 2022	
NUTS II	N.º de Clientes Residenciais	Clientes Residencials por 100 famílias (%)	N.º de Clientes Residenciais	Clientes Residenciais por 100 famílias (%)	Var 1S 2022/ 1S 2021 (%)
NORTE	1.008	74,9%	1.083	78,3%	7,4
CENTRO	610	68,1%	668	73,4%	9,6
A.M. LISBOA	1.098	93,0%	1.140	95,5%	3,8
ALENTEJO	171	57,9%	188	64,2%	9,6
ALGARVE	141	79,7%	163	84,0%	15,8
R.A. AÇORES	72	89,1%	78	91,4%	8,6
R.A. MADEIRA	80	87,2%	85	89,8%	6,6
TOTAL	3.180	78,2%	3.406	82,0%	7,1

Unidade: Milhares de agregados domesticos privados (famílias). %

Fonte: ANACOM

Tal como se pode constatar pela análise do quadro acima, no primeiro semestre de 2022, o número de clientes residenciais que dispunham de serviços de alta velocidade em local fixo ascendeu a cerca de 3,4 milhões, mais 7,1% do que o registado em igual período do ano anterior. O crescimento neste ano foi inferior ao verificado no primeiro semestre de 2021 (9,3%).

Dado o posicionamento da entidade no mercado grossista, importa analisar a evolução da procura dos serviços de retalho suportáveis na sua rede.

Assim, de acordo com os indicadores publicados, no terceiro trimestre de 2022, 95,7% das famílias dispunham do serviço de distribuição de sinais de televisão por subscrição (TVS). O número de assinantes foi de 4,5 milhões, mais 134 mil (+3,1%) do que no mesmo período do ano anterior. A taxa de crescimento foi inferior à registada nos anos anteriores (+3,2% no terceiro trimestre de 2021 e +4,1% no terceiro trimestre de 2020). O crescimento do serviço deveu-se às ofertas suportadas em fibra ótica (FTTH), que registaram mais 265 mil assinantes face ao ano anterior (+11,0%), atingindo 2,7 milhões de assinantes. Este crescimento resultou não só da captação de novos clientes, mas também da transferência para FTTH de clientes que anteriormente se encontravam suportados noutras redes.



minhocom

h: - +

A tabela seguinte detalha estes efeitos.

Número de assinantes de TVS

- por tecnologia -

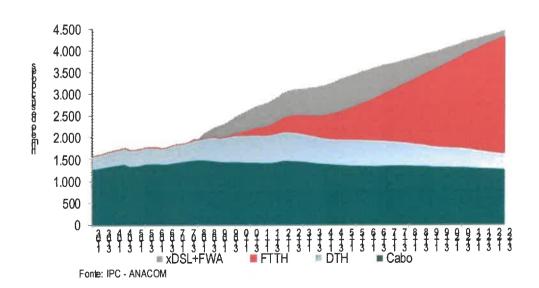
	3T21	3T22	Δ (%)
Cabo	1.284	1.267	-1,3%
DTH	415	371	-10,6%
FTTH	2.405	2.670	11,0%
xDSL+FW.	216	147	-32,3%
Total	4.321	4.455	3,1%

Unidade: Milhares de assinantes

Fonte: Anacom

Desde 2018 a tecnologia FTTH tem sido a principal forma de acesso a este serviço, como se pode apreciar no gráfico seguinte. No terceiro trimestre de 2022, a tecnologia FTTH suportou 59,9% do total de assinantes, seguindo-se a TV por cabo (28,4%), a TV via satélite – DTH (8,3%) e o ADSL (3,3%).

Evolução histórica das tecnologias de suporte da TVS



No final do terceiro trimestre de 2022, a MEO foi o prestador com a quota de assinantes do serviço de distribuição de sinais de TV por subscrição mais elevada (41,0%), seguindo-se o Grupo NOS





(37,2%), a Vodafone (18,7%) e a NOWO (3,0%). A Vodafone e a MEO foram os prestadores que, em termos líquidos, mais assinantes captaram face ao mesmo período do ano anterior, tendo as suas quotas aumentado 0,7 p.p. e 0,4 p.p., respetivamente. Por outro lado, diminuíram as quotas do Grupo NOS (-0,8 p.p.) e da NOWO (-0,3 p.p.).

Quotas do serviço de distribuição de sinais de TV por subscrição

hi	+
----	---

Operador	3T2021	3T2022	Δ (p.p.)
MEO	40,6	41,0	0,4
Grupo NOS	38,0	37,2	-0,8
NOS Comunicações	35,5	34,8	-0,7
NOS Madeira	1,7	1,6	-0,1
NOS Açores	0,8	0,8	0,0
Vodafone	18,0	18,7	0,7
NOWO	3,3	3,0	-0,3
Outros prestadores	0,1	0,1	0,0

Unidade: % Fonte: ANACOM

Em relação ao número de clientes de acesso à Internet em local fixo, em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, o número de acessos de banda larga fixa aumentou em 152 mil acessos (+3,5%), tendo atingido 4,4 milhões.

Cabe ressaltar que a pandemia teve um pequeno impacto nas assinaturas ao serviço de televisão, que foi contrário ao grande aumento no tráfego de Internet, incluindo os serviços de *streaming* de televisão.

A fibra ótica (FTTH/B) foi a principal forma de acesso à Internet em banda larga fixa, atingindo 62,8% do total de acessos, mais 4,0 p.p. do que no 3.º trimestre de 2021. A FTTH foi também responsável pelo crescimento do número de acessos. Nos últimos 12 meses, o número de acessos suportados em fibra ótica aumentou em 265 mil acessos (+10,5%). Os acessos suportados em redes de TV por cabo diminuíram 0,5%, e representavam 26,9% do total. Os acessos fixos suportados nas redes móveis diminuíram 7,4% e tinham um peso de 5,8% (-0,7 p.p.). Os acessos ADSL mantiveram a tendência decrescente, tendo diminuído 31,3%, substituídos por acessos de nova geração. O ADSL representava 4,4% do total de acessos (-2,2 p.p.), conforme se pode analisar na tabela abaixo.





minhocom

Número de acessos à Internet em local fixo

		3T2021	3T2022	Δ%
Total de acessos, dos	quais:	4.277	4.429	3,5%
Acessos FTTH/B		2.517	2.781	10,5%
	% do Total de banda larga fixa	58,8%	62,8%	
Acessos modem cabo		1.196	1.190	-0,5%
	% do Total de banda larga fixa	28,0%	26,9%	
Acessos ADSL		283	194	-31,3%
	% do Total de banda larga fixa	6,6%	4,4%	
Acessos de Rede Móve	I (GSM/UMTS/LTE/)	275	255	-7,4%
	% do Total de banda larga fixa	6,4%	5,8%	
Outros acessos		7	8	19,6%
	% do Total de banda larga fixa	0,2%	0,2%	

Unidade: Milhares de acessos. %

Fonte: ANACOM

Nos mercados do serviço de acesso à Internet em banda larga fixa, estão presentes quatro entidades com quotas de subscritores relevantes: a MEO (40,8%), o Grupo NOS (34,1%), a Vodafone (21,6%) e a NOWO (3,0%). Em comparação com o trimestre homólogo, a Vodafone foi o prestador cuja quota de acessos mais aumentou (+0,5 p.p.), enquanto a MEO foi o prestador que captou mais clientes em termos líquidos, tendo aumentado a sua quota em 0,1 p.p. As quotas do Grupo NOS e da NOWO diminuíram (0,4 p.p. e 0,2 p.p., respetivamente).

A quota de mercado em número de acessos detida por cada um dos operadores apresenta-se no quadro a seguir.

Quotas de acessos à Internet em local fixo

Operador	3T2021	3T2022
Grupo Altice (MEO)	40,7	40,8
Grupo NOS	34,5	34,1
NOS Comunicações	32,3	31,9
NOS Madeira	1,5	1,5
NOS Açores	0,7	0,7
Vodafone	21,2	21,6
NOWO	3,2	3,0
Outros prestadores	0,3	0,4

Unidade: % Fonte: ANACOM



Mi Sonati F
minhocom

No final do primeiro semestre de 2022 (1S2022), 87,4% dos acessos de banda larga fixa eram acessos de banda larga ultrarrápida (i.e., velocidade de download superior ou igual a 100 Mbps), mais 4,2 p.p. do que no ano anterior. Em julho de 2021, Portugal era o quarto país da União Europeia (UE27) com maior proporção de acessos com velocidades de *download* iguais ou superiores a 100 Mbps.

O tráfego total de Internet em banda larga fixa aumentou 12,8% em comparação com o mesmo período do ano anterior, ultrapassando o máximo histórico verificado no período pandémico, e atingindo o dobro dos níveis pré-pandemia (último trimestre de 2019).

É de salientar o impacto que a pandemia teve no aumento do tráfego médio mensal por acesso de banda larga fixa, que atingiu máximos sucessivos. No entanto, e após uma descida inicial dos valores de pico, no terceiro trimestre de 2022 o tráfego atingiu um valor máximo histórico com 252 GB mensais por cada usuário, mais 8,9% do que no mesmo período do ano anterior. O motivo principal de este aumento será o maior consumo de aplicações de *video streaming*.

No que respeita à voz fixa, a informação prestada pelo regulador mostra que no final do terceiro trimestre de 2022, o número de clientes do serviço telefónico fixo na modalidade de acesso direto era cerca de 4,4 milhões, mais 89 mil (+2,1%) do que no terceiro trimestre de 2021. O crescimento registado é consistente com a tendência histórica estimada e está associado à continuada penetração das ofertas em pacote que integram telefonia fixa.

Adicionalmente e dada a importância esperada dos serviços de 5G na transformação do setor das telecomunicações em Portugal, vale a pena destacar o estado de desenvolvimento destes serviços no final do 3T22. Cabe destacar que o tráfego médio mensal de acesso a Internet nos serviços 5G (3,3 GB) representa 1,3% do valor médio do tráfego por acesso fixo (252 GB).

Finalmente, e em complemento à intensa intervenção regulatória em 2022 anteriormente referida, a ANACOM publicou a atualização da sua estratégia trianual através do Plano Plurianual de Atividades da ANACOM 2023-2025, em que determina os seus objetivos e ações após o escrutínio em consulta pública.





Destacam-se as principais atividades diretamente relacionadas com a entidade que o regulador aponta como particularmente relevantes para a sua ação em 2023, a ter em consideração os seguintes desenvolvimentos:

- A relevância em que o investimento em novos cabos submarinos acrescente valor, para além de dar resposta ao desenvolvimento das telecomunicações, que deverão incorporar tecnologias SMART (Scientific Monitoring And Reliable Telecommunications) para a monitorização em tempo real dos dados recolhidos no fundo dos oceanos, que permitam a deteção de alterações ambientais e de atividade sísmica;
- A implementação e participação em programas de inovação, como, por exemplo, o desenvolvimento de Zonas Livres Tecnológicas;
- O contributo das comunicações para a sustentabilidade em geral, promovendo a transição digital verde e a descarbonização da economia;
- 4. A implementação do novo quadro regulamentar e institucional europeu, resultante da Diretiva (UE) 2018/1972 do Parlamento Europeu (PE) e do Conselho, de 11 de dezembro, que estabelece o Código Europeu das Comunicações Eletrónicas (CECE), importando concretizar várias ações regulamentares e medidas regulatórias em diversas áreas, tais como as análises de mercado, a proteção dos utilizadores, o serviço universal e a segurança das comunicações;
- 5. No âmbito da implementação da quinta geração das redes móveis (5G), a ANACOM garantirá que as obrigações impostas ao abrigo do Leilão 5G e outras faixas relevantes são escrupulosamente cumpridas, bem como a implementação das medidas relativas à segurança das redes 5G e a articulação que, nesse âmbito, será feita tanto a nível nacional como europeu.



Sovat +

minhocom

2. Atividade da entidade

A minhocom, Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações, EIM, doravante designada por "minhocom", ou "entidade", foi constituída no âmbito do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento, que teve como objetivo apoiar projetos de construção e desenvolvimento de infraestruturas de banda larga em regiões desfavorecidas, corrigir falhas de mercado e criar condições de sustentabilidade económica. O modelo de operação assenta no modelo de "Equal Acess Networks", no qual o acesso à infraestrutura é aberto a todos os operadores e prestadores de serviços de comunicações eletrónicas devidamente licenciados, sendo que as condições técnicas e financeiras de acesso à infraestrutura obedecem aos princípios de transparência e não discriminação.

À semelhança dos períodos anteriores, a sua atividade, ao longo de 2022, foi assegurada com recurso a prestadores de serviços externos especializados nos serviços de telecomunicações, dando cumprimento ao estipulado no âmbito do Código dos Contratos Públicos (CCP).

No início de 2022, as relações diplomáticas entre a Rússia e a Ucrânia deterioraram-se acentuadamente, o que resultou no início de um conflito armado entre os dois países, obrigando a União Europeia a impor elevadas sansões à Rússia, provocando ainda milhares de refugiados. A guerra evidenciou a dependência da Europa em relação às fontes de energia da Rússia, o que levou a que os governos implementassem formas de reduzir essa dependência através do aprovisionamento de energia, da eficiência energética e da aceleração da transição para as energias renováveis.

A par disso, a economia mundial, que já se encontrava bastante afetada pela pandemia de COVID-19, voltou a enfrentar enormes dificuldades, nomeadamente na atividade industrial que foi fortemente afetada pela escassez e elevado custo das matérias-primas, dos fretes marítimos e pelo preço dos materiais. Durante o ano de 2022, foi visível o aumento da inflação, quer em Portugal quer na zona Euro. As projeções do BCE apontam para uma inflação na área do euro de 10% no final do ano de 2022, atingindo 8,1% em média anual em 2022.

O Conselho Europeu criou o *Next Generation EU*, um instrumento de mitigação do impacto económico e social da crise, que visa promover a resiliência e a convergência económica, contribuindo para assegurar o crescimento sustentável de longo prazo e responder aos desafios da dupla transição climática e digital. Este instrumento contém o Mecanismo de Recuperação e Resiliência onde se enquadra o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), assente em três dimensões estruturantes: Resiliência, Transição Climática e Transição Digital. O PRR vai implementar um conjunto de reformas e investimentos destinados a repor o crescimento económico sustentado, reforçando o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década. A implementação das reformas que lhe



estão associadas constituem fatores essenciais para esse desígnio, pelos efeitos multiplicadores sobre a atividade e pelo impacto sobre o crescimento potencial. Esta é uma oportunidade única para potenciar o ritmo de crescimento de longo prazo da economia portuguesa.



A cobertura da rede de fibra ótica gerida pela minhocom assume a configuração nos municípios constante na imagem e abrange os Municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Viana do Castelo, Esposende, Paredes de Coura, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção e Melgaço.

2.1. Custos de exploração

O normal funcionamento da atividade da minhocom implica um investimento permanente na manutenção da infraestrutura. Neste sentido, com o objetivo de manter a qualidade dos serviços prestados aos clientes e a continuidade da atividade, a entidade tem vindo a apostar na permanente inovação, com vista a otimizar a sua gestão corrente e a contenção de custos.

2.2. Tecnologia

Apesar do cliente de retalho ser agnóstico à tecnologia que suporta a sua prestação de serviços, o mesmo não se passa com os clientes operadores de telecomunicações e, sendo a minhocom um operador wholesale, as opções tecnológicas constituem um elemento fundamental da sua estratégia de diferenciação, pelo que a entidade continuará a seguir as tendências de mercado por forma a complementar as funções existentes e alargar a sua capacidade de fornecimento de serviços, bem como a melhoria do desempenho.

Em linha com o seu excelente registo histórico ao nível do cumprimento dos níveis de serviço a que a minhocom se comprometeu, também no período em análise tais objetivos foram plenamente alcançados e, em muitas situações, a entidade provou ser mais eficiente e ultrapassar os níveis de serviço previstos (SLA's).



Sorally minhocom

2.3. Comercial e marketing

O trabalho comercial desenvolvido tem apresentado resultados muito positivos conforme se constata pelo facto de a entidade ter como clientes, entre outros, os principais operadores de telecomunicações nacionais.

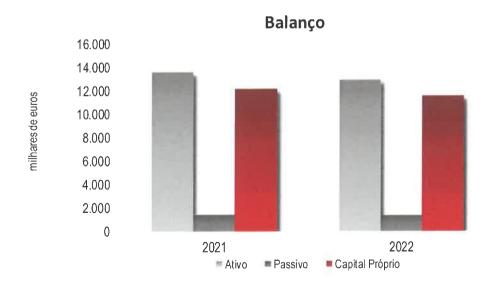
O alargamento do portefólio de serviços tem permitido à **minho**com ajustar a sua oferta às necessidades do mercado e ultrapassar as limitações resultantes da tipologia da infraestrutura que detém: rede de transporte sem capilaridade.

Por outro lado, a entidade manteve a aposta na criação de condições de diferenciação da região e apostou nos vetores considerados mais prementes: saúde, educação e área empresarial, tendo dado contributos importantes para a região nestes importantes setores.

2.4. Análise económico-financeira

À semelhança do observado no período anterior, a 31 de dezembro de 2022, as principais componentes do Balanço no lado do Ativo são os Ativos fixos tangíveis (12,7 milhões de euros), e os saldos a receber de Clientes (109 mil euros) e as Disponibilidades (109 mil euros). No lado do Passivo, ressaltam as rubricas relativas a Outras dívidas a pagar não correntes (969 mil euros), que incluem os ajustamentos relativos ao subsídio governamental obtido pela entidade no âmbito do POS_C, e os Diferimentos (290 mil euros).

Os Ativos fixos tangíveis incluem a infraestrutura da Rede Comunitária e respetivos equipamentos, que ficou concluída em maio de 2010.





minhocom A

No que respeita ao Capital próprio da entidade, o capital subscrito manteve-se nos 100.000,00 euros e na rubrica Outros instrumentos de Capital próprio encontram-se reconhecidas as prestações acessórias realizadas pelo acionista privado, no montante de 10 milhões de euros. Por sua vez, na rubrica Ajustamentos/outras variações no capital próprio está relevado contabilisticamente, no montante inicial de 3,8 milhões de euros, o subsídio governamental obtido pela entidade no âmbito do POS_C. Após a fusão (2015), foi ali também considerado o subsídio governamental obtido pela valicom, gestão de infraestruturas de telecomunicações, eim no mesmo âmbito e no valor inicial de 4,6 milhões de euros. Merece ainda destaque a notável capacidade da entidade em manter o seu rácio de autonomia financeira nos 89%.



No que concerne à operação económica da entidade em 2022, apesar dos efeitos provocados na atividade económica pela pandemia de COVID-19 e pelo confronto entre a Rússia e a Ucrânia, a contínua cooperação entre os acionistas públicos e privados da entidade foi fundamental para o alcance de resultados operacionais bastante positivos em 2022. O EBITDA da entidade cifrou-se em 443,2 mil euros, o que representa uma notável evidência da sustentabilidade operacional da minhocom.

O volume de negócios rondou os 600,9 mil euros no ano (+8,1 mil euros face a mesmo período de 2021), com o qual a entidade atingiu um Resultado Líquido do Período positivo de 83,7 mil euros (+23,5% face a 2021).

Assim, no período em análise, a **minho**com, manteve uma excelente performance da sua atividade operacional, como refletem positivamente os seus indicadores económicos e financeiros, conforme seguem:





minhocom

Di:

Descrição	2020	2021	2022
Indicadores Económicos			
Valor Acrescentado Bruto*	467.761	471.376	486.587
EBITDA*	434.494	422.630	443.233
EBITDA %	72,79%	70,80%	73,76%
Fluxo de caixa das atividades operacionais *	482.933	340.489	614.032
Indicadores Financeiros			
Autonomia Financeira	89,70%	89,46%	89,38%
Liquidez Geral	62,63%	81,02%	57,22%
Solvabilidade Total	870,42%	848,66%	841,81%

^{*}Valores em euros

Salienta-se que, não só a **minho**com obteve um notável rácio de autonomia financeira (89,38%), como também os seus níveis de liquidez geral e de solvabilidade total são extremamente positivos. Do mesmo modo, em 2022, a entidade gerou um fluxo de caixa operacional de 614 mil euros, o que é um dado de salutar.

3. Factos relevantes ocorridos após o termo do período

Após o encerramento do período, e até à presente data, não se verificaram quaisquer acontecimentos que possam ter efeitos materialmente relevantes sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

4. Perspetivas futuras

No decorrer de fevereiro de 2022, as relações diplomáticas entre a Rússia e a Ucrânia deterioraramse acentuadamente, o que resultou no início de um conflito armado entre os dois países. Não obstante o cenário de elevada incerteza, dada a performance financeira e operacional da entidade no ano, é possível assegurar, à presente data, e com razoável grau de confiança, que os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade futuras da entidade, a existirem, não colocarão em causa a continuidade das suas operações no ano de 2023.

Assim, para o ano de 2023, a economia portuguesa enfrenta importantes desafios, sendo a resposta das políticas económicas crucial para um crescimento sustentado e uma retoma da convergência com a Europa. A execução eficiente dos projetos abrangidos pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e a implementação das reformas que lhe estão associadas constituem fatores essenciais para esse desígnio, pelos efeitos multiplicadores sobre a atividade e pelo impacto sobre o crescimento



minhocom

potencial. Esta é uma oportunidade única para potenciar o ritmo de crescimento de longo prazo da economia portuguesa.

Assim, no decorrer do período de 2023 espera-se que os promotores da **minho**com, bem como as entidades locais de interesse público para a região, continuem a aderir de forma significativa à sua rede de fibra ótica de nova geração, fazendo uso pleno das suas potencialidades e estimulando os operadores de telecomunicações a utilizarem a infraestrutura e serviços da entidade.

Adicionalmente, é expectável a consolidação do volume de negócios da **minho**com, em resultado da atividade comercial que tem vindo a ser desenvolvida, nomeadamente do alargamento do portefólio de serviços disponibilizados e da continuidade de interligação desta rede com outras redes de nova geração existentes, de modo a desenvolver sinergias na sua rede.

5. Impacto do conflito armado entre Rússia e Ucrânia nas demonstrações financeiras

Dois anos após severamente afetados pela pandemia de COVID-19, e quando seria expectável uma recuperação da economia, não obstante a persistência de ruturas nas cadeias de abastecimento globais e o surgimento de pressões inflacionistas, a invasão da Ucrânia pela Rússia, iniciada em fevereiro de 2022, constituiu o principal facto geopolítico a condicionar a evolução da economia e do comércio mundiais. Tal é motivado pelas perturbações que esta produziu em termos de aumento global da incerteza, de instabilidade do mercado energético internacional (com uma escalada dos preços de energia) e de escassez e aumento de preços de diversas matérias-primas essenciais para a indústria, bem como de produtos alimentares, segundo o Orçamento de Estado para 2023.

Não obstante o cenário de elevada incerteza, dada a performance financeira e operacional da entidade em 2022, é possível assegurar, à presente data, e com razoável grau de confiança, que os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade futuras da entidade, a existirem, não colocarão em causa a continuidade das suas operações, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022.

6. Ações próprias

No decurso do período de 2022 a sociedade não adquiriu nem alienou ações próprias. Em 31 de dezembro de 2022, a sociedade não detinha ações próprias.



Minhocom 1

7. Autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores

Durante o período de 2022 a sociedade não concedeu empréstimos ou créditos a administradores, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas, não facultou aos mesmos quaisquer adiantamentos de remunerações, nem com eles celebrou quaisquer contratos, diretamente ou por interposta pessoa.

8. Sucursais da sociedade

A entidade não dispõe de qualquer sucursal.

9. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas que o resultado líquido do período de 2022, positivo no valor de 83.726,84 euros (oitenta e três mil, setecentos e vinte e seis euros e oitenta e quatro cêntimos), seja aplicado mantido em Resultados Transitados.

10. Objetivos e políticas de gestão dos riscos financeiros

Gestão dos riscos financeiros

A atividade da entidade está exposta a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado, risco de taxa de juro, risco de crédito, risco de liquidez e risco de capital.

A gestão do risco implica a identificação, avaliação e realização de coberturas de riscos financeiros com base nos princípios definidos pelo Conselho de Administração, entre os quais o risco de taxa de juro e de crédito.

Risco de mercado

A entidade não identifica nenhuma situação específica ao nível do seu risco de mercado, nomeadamente no que respeita à procura ou aos produtos e serviços transacionados que possa vir a afetar de forma significativa a sua atividade futura, não obstante o conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia estar a provocar uma escalada dos preços dos combustíveis e das matérias-primas.

Risco de taxa de juro

O Conselho de Administração da entidade não considera, atualmente, a hipótese de cobertura de risco relativamente à variação da taxa de juro, na medida em que as suas demonstrações financeiras à presente data não são afetadas pela mesma.



minhocom B

Risco de crédito

O risco de crédito resulta, no essencial, dos saldos a receber resultantes das transações decorrentes da atividade. O risco de crédito é avaliado tendo em conta o histórico de relação comercial, a situação financeira do devedor, bem como outras informações que possam ser obtidas através da rede de negócios da entidade.

Os limites de crédito estabelecidos são regularmente analisados e revistos, se necessário.

Risco de liquidez

A cobertura do risco de liquidez, definida como a capacidade para responder a responsabilidades assumidas, implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários.

A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento anual que é acompanhado semanalmente.

Risco de capital

O objetivo primordial do Conselho de Administração é assegurar a continuidade das operações. Para a prossecução deste objetivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura adequada dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo.

11. Informações exigidas por diplomas legais

O Conselho de Administração informa que a entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos dos artigos 208.º e 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Conselho de Administração informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b), do n.º 1 do artigo 66.º - A do Código das Sociedades Comerciais, a entidade informa que os honorários praticados pelo Fiscal Único (Revisor Oficial de Contas) ascenderam a 2.952,00 euros (IVA incluído), referentes unicamente a serviços de revisão legal das contas.





12. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas pelo Conselho de Administração para emissão em 14 de abril de 2023. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

13. Nota final

O Conselho de Administração deixa expressa uma palavra de reconhecimento a todos os seus colaboradores e uma de agradecimento a todos quanto, de uma forma ou de outra, cooperaram com a entidade. Agradecimentos especiais ao Fiscal Único, Clientes, Fornecedores e Entidades Bancárias que muito nos honram com prestimosa relação.

Valença, 14 de abril de 2023

O Conselho de Administração,

José Gonçalves Teixeira; Presidente

Sara da Silva Teixeira; Vogal e Administrador Executivo

Emîla da Graça Neto Cerdeira; Vogal

Paulo Jorge da Cunha Barreiro Sousa; Vogal

laulo jorge de Cembre Baneiro de Sour

Vítor Paulo Gomes Pereira; Vogal

MINHOCOM gestão de infra-estruturas de telecomunicações Relatório & Contas 2022 minhocom

B) Anexo ao Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Informamos que à data de 31 de dezembro de 2022, e à presente data, os membros do Órgão de Gestão e de Fiscalização não eram titulares de quaisquer ações da entidade e, durante o período de 2022, não realizaram quaisquer aquisições ou alienações de ações da entidade.

Valença, 14 de abril de 2023

O Conselho de Administração,

José Gonçalves Teixeira; Presidente

4. NXII

Sara da Silva Teixeira; Vogal e Administrador Executivo

Sans de Silve Teixeire

Emília da Graça Neto Cerdeira; Vogal

Paulo Jorge de Cunha Barreiro Sousa; Vogal

Vítor Paulo Comes Pereira; Vogal



C) Órgãos Sociais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: José Gonçalves Teixeira

Vogal e Administrador Executivo: Sara da Silva Teixeira

Vogal: Emília da Graça Neto Cerdeira

Vogal: Paulo Jorge da Cunha Barreiro Sousa

Vogal: Vítor Paulo Gomes Pereira

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente: João Manuel Amaral Esteves

Secretário: Susana Daniela Simões da Silva Braga

ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Fiscal Único Efetivo: Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC, representada por Dr. Mário da Cunha Guimarães (ROC n.º 1159)

Fiscal Único Suplente: Dr.ª Emília da Conceição da Rocha Gomes (ROC n.º 1663)



minhocom

A:

Relatório & Contas 2022 minhocom

D) Demonstrações Financeiras Individuais

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2022



Unidade monetária: euros

		DATA	e monetana. euros NS
RUBRICAS	NOTAS	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	12.693.598,55	13.254.128,42
		12.693.598,55	13.254.128,42
Ativo corrente			
Clientes	7	109.158,23	309.983,11
Estado e outros entes públicos	9	-	244,98
Outros créditos a receber	8	11.585,46	6.538,31
Diferimentos	10	898,37	2.855,71
Caixa e depósitos bancários	4	108.852,89	19.821,47
'		230.494,95	339.443,58
Total do ativo		12.924.093,50	13.593.572,00
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	11	100.000,00	100.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	12	10.043.597,46	10.568.597,46
Reservas legais	13	20.000,00	17.225,35
Resultados transitados	14	(2.510.005,98)	(2.575.001,88)
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	15	3.814.513,27	3.982.059,19
Resultado líquido do período		83.726,84	67.770,55
Total do capital próprio		11.551.831,59	12.160.650,67
Passivo			
Passivo não corrente			
Outras dívidas a pagar	17	969.444,29	1.013.982,99
, -		969.444,29	1.013.982,99
Passivo corrente			
Fornecedores	16	29.569,21	50.432,50
Estado e outros entes públicos	9	29.100,02	23.636,86
Outras dívidas a pagar	17	54.171,03	54.891,62
Diferimentos	10	289.977,36	289.977,36
		402.817,62	418.938,34
Total do passivo		1.372.261,91	1.432.921,33
Total do capital próprio e do passivo		12.924.093,50	13.593.572,00

Valença, 14 de abril de 2023

O Conselho de Administração,

A Contabilista Certificada n.º 87721,

Daniela Filipa da Silva Pines

515 aus de Silva Teixeira El Gml. de Graça Neroladoire VIII de Jorga de Ceula Barreho de Sourse



Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas Período findo em 31 de dezembro de 2022

Unidade monetária: euros

	MILE IN	PERÍOD	oos
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31/12/2022	31/12/2021
Vendas e serviços prestados	18	600.906,96	592.801,54
Fornecimentos e servicos externos	19	(140.664,37)	(151.789,66)
Gastos com o pessoal	20	(43.237,97)	(44.131,19)
Outros rendimentos	21	28.944,04	28.819,70
Outros gastos	22	(2.716,05)	(3.070,70)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		443.232,61	422.629,69
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 15	(348.445,23)	(348.567,05)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		94.787,38	74.062,64
Juros e gastos similares suportados	23	(0,32)	(5,75)
Resultado antes de impostos		94.787,06	74.056,89
Imposto sobre o rendimento do período	24	(11.060,22)	(6.286,34)
Resultado líquido do período		83.726,84	67.770,55
Resultado por ação básico		4,19	3,39

Valença, 14 de abril de 2023

O Conselho de Administratão,

Sono de Silve Teixeiro Enla de Greça Nero Gradera

Paulo joge & lewle Banero de Jour

A Contabilista Certificada n.º 87721,

Daniela-Filipa da Silva Pines



Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2022

							Unidade	Unidade monetária: euros
DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de janeiro de 2022		100.000,00	10.568.597,46	17.225,35	(2.575.001,88)	3.982.059,19	67.770,55	12.160.650,67
Alterações no período Aplicação do resultado do período de 2021 Alterações em outras variações no capital próprio: Método de equivalência patrimonial				2.774,65	64.995,90	5	(67.770,55)	
Subsídios ao investimento - imputação a resultados do período Ajustamento em subsídios	15					(212.084,64) 44.538,72		(212.084,64)
		1	-	2.774,65	64.995,90	(167.545,92)	(67.770,55)	(167.545,92)
Resultado líquido do período							83.726,84	83.726,84
Resultado integral							83.726,84	83.726,84
Operações com detentores de capital no período Prestações acessórias	12		(525.000,00)					(525.000.00)
		,	(525.000,00)	•	•	-	1	(525.000,00)
Posição em 31 de dezembro de 2022		100.000,00	10.043.597,46	20.000,00	(2.510.005,98)	3.814.513,27	83.726,84	11.551.831,59

Valença, 14 de abril de 2023

O Conselho de Administração,

A Contabilista Certificada n.º 87721,

Daniela fillipo da sina thias

En la Grage Nero Godale Sanada Sava Peixeina

Land you de Cunha Barreiro de Seuse

MINHOCOM gestão de infra-estruturas de telecomunicações

minhocom

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2021

							Unidade	Unidade monetária: euros
DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de janeiro de 2021		100.000,00	10.918.597,46	13.507,94	(2.645.632,59)	4.149.605,11	74.348,12	12.610.426,04
Alterações no período Aplicação do resultado do período de 2020 Alterações em outras variações no capital próprio: Método de equivalência patrimonial				3.717,41	70.630,71		(74.348,12)	
Subsídios ao investimento - imputação a resultados do período Ajustamento em subsídios	15					(212.084,64) 44.538,72		(212.084,64)
		•		3.717,41	70.630,71	(167.545,92)	(74.348,12)	(167.545,92)
Resultado líquido do período							67.770,55	67.770,55
Resultado integral							67.770,55	67.770,55
Operações com detentores de capital no período Prestações acessórias	12		(350.000,00)					(350.000.00)
	1-1	1	(350.000,00)	-	1	-	-	(350.000,00)
Posição em 31 de dezembro de 2021		100.000,00	10.568.597,46	17.225,35	(2.575.001,88)	3.982.059,19	67.770,55	12.160.650,67

Valença, 14 de abril de 2023

O Conselho de Administração,

Sava da Sigua Teixeira

Contre de Graça Deo Galina

MINHOCOM gestão de infra-estruturas de telecomunicações

A Contabilista Certificada n.º 87721

Danvilla fillipa da Silvatiras

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa Período findo em 31 de dezembro de 2022

Unidade monetária: euros

		PERÍODO	S
RUBRICAS	NOTAS —	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		826.997,86	517.684,7
Pagamentos a fornecedores		(163.860,81)	(127.710,52
Pagamentos ao pessoal		(43.241,97)	(40.640,02
Caixa gerada pelas operações		619.895,08	349.334,2
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(5.863,34)	(8.844,93
Outros recebimentos/pagamentos			
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)		614.031,74	340.489,2
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
		*	
Recebimentos provenientes de:		-	
Fluxo de caixa das atividades investimento (2)			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:	-		
Pagamentos respeitantes a:		-	
Juros e gastos similares		(0,32)	(5,75
Restituição de prestações acessórias		(525.000,00)	(350.000,00
nesticulção de prestações decisionas		(525.000,32)	(350.005,75
Fluxo de caixa das atividades financiamento (3)		(525.000,32)	(350.005,75
Variação de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)		89.031,42	(9.516,46
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	19.821,47	29.337,9
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	108.852,89	19.821,4

Valença, 14 de abril de 2023

O Conselho de Administração,

A Contabilista Certificada n.º 87721,

Daniela felipa da Silva Pires

Sona da Silva Teixeira En la de Grage NETO Cadein

Jorge de Cemba Barreis de Sonse

MINHOCOM gestão de infra-estruturas de telecomunicações



minhocom



Anexo em 31 de dezembro de 2022

1. Identificação da entidade

Designação da entidade: minhocom, gestão de infraestruturas de telecomunicações, eim

Sede social: Avenida Miguel Dantas, n.º 69, Valença

Data de constituição: 20 de março de 2008

N.º de contribuinte: 508 515 548

C.A.E.: 61100 - Atividades de Telecomunicações

Designação da empresa-mãe: Comunidade Intermunicipal do Alto do Minho

Sede da empresa-mãe: Valença

Natureza da atividade: Implementação e gestão de infraestruturas e serviços de telecomunicações e gestão da rede Comunitária do Vale do Minho, com vista à exploração de uma atividade de interesse geral.

As presentes demonstrações financeiras da entidade são as suas demonstrações financeiras individuais e compreendem o período de 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Os membros do Conselho de Administração, que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da entidade.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Sistema de Normalização Contabilística

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que integra as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por Normas



minhocom

Internacionais de Contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) adotadas pela União Europeia (UE).

Nos termos do n.º 2 do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, na nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alargou os conceitos de "entidades" para efeitos de aplicação do SNC, a entidade é considerada uma microentidade. No entanto, a entidade exerceu a opção prevista no n.º 2 do art.º 9.º - D daquele diploma, aplicando o regime geral composto pelas NCRF.

De forma a garantir a imagem verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da entidade, foram utilizadas as normas que integram o SNC antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração, divulgação e apresentação.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas de seguida.

3.1. Bases de apresentação

Na preparação das demonstrações financeiras tomaram-se como base os seguintes pressupostos:

3.1.1. Pressuposto da continuidade

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a entidade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a entidade dispõe de recursos adequados para manter a atividade, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Nesta conformidade, as demonstrações financeiras anexas foram elaboradas com um período de reporte de 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade.



hi-

minhocom ~

3.1.2. Regime de acréscimo (ou da periodização económica)

A entidade reconhece os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime de acréscimo, pelo qual os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos, e os correspondentes rendimentos e gastos gerados, são reconhecidos nas rubricas "Diferimentos", "Outros créditos a receber" ou "Outras dívidas a pagar".

3.1.3. Consistência de apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro.

3.1.4. Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes das demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

3.1.5. Compensação

Os ativos e os passivos, assim como os rendimentos e os gastos, foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.



minhocom +

3.1.6. Informação comparativa

As políticas contabilísticas e as bases de mensuração adotadas a 31 de dezembro de 2022 são comparáveis com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

A comparabilidade da informação interperíodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes, permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e sua disponibilização no local e condições de operacionalidade pretendidos.

Os encargos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade por via da sua utilização e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos fixos tangíveis em curso, ativos fixos ainda em fase de construção/conclusão, encontramse reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade. A depreciação destes ativos fixos tem início a partir do momento que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso.

As depreciações são calculadas através do método de linha reta, aplicado anualmente em regime de duodécimos a partir do momento em que os bens se encontram prontos para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade técnica, para operar de acordo com o pretendido pela entidade, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada, que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo pela entidade, do desgaste natural esperado, da sujeição a uma previsível obsolescência técnica e do valor residual atribuível ao bem.



minhocom J

Uma vez que a entidade não possui uma estimativa fiável do valor residual dos ativos, foi considerado valor nulo para efeitos de depreciações dos ativos fixos tangíveis. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

As vidas úteis e as taxas utilizadas para os ativos fixos tangíveis foram as seguintes:

	Vida útil	Taxa anual (%)
Edifícios e outras construções	10 a 40	2,5 a 10
Equipamento básico	7 a 8	12,5 a 14,29
Equipamento administrativo	1 a 8	12,5 a 100

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de quaisquer alterações a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

Os gastos com reparações e manutenção que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são reconhecidos como gasto no período em que são incorridos.

As grandes reparações relativas à substituição de peças de equipamentos são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil residual dos respetivos ativos principais.

As mais ou menos valias resultantes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o montante recebido das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", respetivamente.

3.2.2. Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de eventos passados e cuja existência só se confirmará caso ocorra, ou não, um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Se for provável a existência de benefícios económicos futuros, a entidade não



Sara minhas

minhocom_

reconhece esse ativo contingente nas suas demonstrações financeiras, mas promove a sua divulgação.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

3.2.3. Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efetivamente necessários para fazer face a perdas estimadas, sendo revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões são reconhecidas se, e só se, a entidade tiver uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado, e se for provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

3.2.4. Benefícios dos empregados

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo dos empregados incorporam os ordenados, salários, contribuições para a Segurança Social, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições decididas pontualmente pelo Conselho de Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gasto no período temporal em que o empregado prestou serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.



Minhocom minhocom

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

Benefícios de longo prazo

Os benefícios de longo prazo dos empregados incluem um seguro de saúde que abrange a generalidade dos colaboradores.

3.2.5. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Contas a receber de clientes e outros créditos a receber

As contas a receber de clientes e outros créditos a receber são reconhecidas ao valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade acumuladas, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", por forma a refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

No final de cada período de relato são analisadas as dívidas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis.

As perdas por imparidade são reconhecidas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. A evidência objetiva de imparidade para um portefólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

O valor da perda por imparidade é reconhecido como gasto na demonstração dos resultados.



minhocom

Sempre que for definido/acordado com um cliente a liquidação das respetivas dívidas em diversas prestações, a entidade optou por valorizar essa mesma dívida ao custo amortizado, satisfazendo todas as condições definidas no § 12 da NCRF 27 – Instrumentos financeiros, nomeadamente que:

- · tem uma maturidade definida;
- os retornos para o detentor são de montante fixo, de taxa de juro variável, durante a vida do instrumento, com indexante típico de mercado financeiro (Euribor), mais um spread; e
- não contém nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Desta forma, a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período definido, utilizando o método do juro efetivo.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são reconhecidas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

Financiamentos obtidos correntes e não correntes

Os financiamentos obtidos correntes são reconhecidos no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.



minhocom +

Os custos de juros e outros incorridos com financiamentos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e reconhecidos na demonstração dos resultados do período de acordo com o pressuposto do acréscimo.

Os "encargos financeiros" não relacionados com ativos são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Caixa e depósitos bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao custo, deduzido dos custos de transação incorridos.

Um instrumento de capital próprio é classificado como tal quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são reconhecidos por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor de emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são reconhecidos no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

3.2.6. Rédito

O rédito compreende os rendimentos associados a serviços prestados. O rédito é reconhecido nos serviços prestados na demonstração dos resultados quando prestados, tendo em conta a proporção entre os serviços prestados no período e os serviços totais contratados.



minhocom

O rédito não é reconhecido quando é decorrente de situações de incerteza face à aceitação ou cobrança da prestação de serviços.

Caso se verifiquem situações em que os serviços faturados são superiores aos serviços prestados, a diferença é reconhecida na rubrica "Diferimentos – Rendimentos a reconhecer", sendo reconhecidos na demonstração dos resultados à medida que os mesmos são prestados e os respetivos gastos, associados a essa prestação, incorridos.

3.2.7. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a entidade irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis, atribuídos para o financiamento de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, estão reconhecidos no balanço, na rubrica "Ajustamentos / outras variações no capital próprio", líquidos do montante de imposto associado (conforme previsto na nota de enquadramento da conta "593 - Subsídios"), na parte do incentivo correspondente a subsídios ao investimento sendo imputados na demonstração dos resultados na proporção das depreciações dos bens subsidiados.

Na Demonstração dos Resultados, em prol da imagem verdadeira e apropriada, o valor das depreciações e amortizações é apresentado líquido do subsídio imputado a rendimentos do período.

3.2.8. Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja detetado um acontecimento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual o ativo se encontra reconhecido possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra mensurado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)" ou nas rubricas "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)" caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades



1/h:-

ninhocom

independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente, ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver), numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra reconhecido não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores ocorre quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica suprarreferida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse reconhecido em períodos anteriores.

3.2.9. Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui gastos e rendimentos que são dedutíveis ou tributáveis noutros períodos. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A entidade procede ao reconhecimento de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos sobre o rendimento, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados, e anualmente avaliados utilizando as taxas de



minhocom to diferences

tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

O imposto corrente e os impostos diferidos são reconhecidos em resultados, salvo quando se relacionam com itens reconhecidos diretamente no capital próprio. Nestes casos, os respetivos impostos diferidos são igualmente reconhecidos no capital próprio.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais poderão estar sujeitas a revisões e eventuais correções por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira por um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, poderão ser efetuadas correções referentes aos anos de 2019 a 2022, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

3.3. Juízos de valor, principais pressupostos relativos ao futuro e principais fontes de incerteza das estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF exige o recurso a determinadas estimativas e pressupostos contabilísticos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Quando necessário, todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com



minhocom

base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospetiva.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade.

4. Fluxos de caixa

A demonstração de fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, pelo qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" tem a seguinte composição:

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	81,41	81,41
Depósitos bancários	108.771,48	19.740,06
Total de caixa e depósitos bancários	108.852,89	19.821,47

Não existem quantias de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso.

5. Partes relacionadas

a) Informação relativa à empresa-mãe

Têm participação no capital social da entidade, com valor superior a 20%, a seguinte pessoa coletiva:

Sociedades	Participação
Comunidade Intermunicipal do Alto do Minho	51,01%
dstelecom, s.a.	48,99%





Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os principais saldos entre a entidade e empresas associadas são os seguintes:

Empresas do grupo	31.12.2022	31.12.2021
Empresas associadas		
dstelecom, s.a.	7.686,03	20.766,13
derivadas e segmentos, s.a.	2.949,50	2.949,50
blu, s.a.	(922,50)	(922,50)
dstelecom, norte, s.a.	947,63	165.862,84
dstelecom, alentejo e algarve, s.a.	631,75	3.962,04
	11.292,41	192.618,01

Durante o período de 2022, as principais transações entre a entidade e empresas associadas são os seguintes:

	2022						
Empresas do grupo	Vendas e serviços prestados	Fornecimentos e serviços externos	Outros rendimentos				
Empresas associadas							
dstelecom, s.a.	(223.677,36)	73.545,88	_				
derivadas e segmentos, s.a.	(2.397,97)	-					
blu, s.a.	-	8.977,56	-				
dstelecom, norte, s.a.	(105.066,60)	-	(21.816,70)				
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	(331.141,93)	82.523,44	(21.816,70)				

Durante o período de 2021, as principais transações entre a entidade e empresas associadas são os seguintes:

	2021					
Empresas do grupo	Vendas e serviços prestados	Fornecimentos e serviços externos	Outros rendimentos			
Empresas associadas						
dstelecom, s.a.	(223.677,36)	82.501,21	-			
derivadas e segmentos, s.a.	(2.397,97)	-	-			
blu, s.a.	-	8.977,56				
dstelecom, norte, s.a.	(105.066,60)	-	(21.816,70)			
and the state of t	(331.141,93)	91.478,77	(21.816,70)			



minhocom

b) Remunerações atribuídas aos órgãos sociais

As remunerações atribuídas aos Órgãos Sociais da entidade no exercício das suas funções durante os períodos de 2022 e 2021 foram as seguintes:

	2022	2021
Orgãos Sociais	36.912,91	37.528,28
Fiscal Único (ROC)	2.952,00	2.952,00
	39.864,91	40.480,28

6. Ativos fixos tangíveis

A informação relativa às quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, com referência ao período de 2022, pode ser analisada como segue:

	Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	20.210.603,65	1.860.199,91	10.700,51	22.081.504,07
2	Depreciações acumuladas iniciais	6.957.814,07	1.858.861,07	10.700,51	8.827.375,65
3	Perdas por imparidade acumuladas iniciais		-		
4	Quantia líquida escriturada inicial(4 = 1 - 2 - 3)	13.252.789,58	1.338,84		13.254.128,42
5	Movimentos do período:(5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4)	(559.191,03)	(1.338,84)		(560.529,87)
5.1	Total das adições	-		8	
	Aquisições em 1.ª mão			<u>-</u>	
5.2	Total das diminuições	559.191,03	1.338,84		560.529,87
	Depreciações	559.191,03	1.338,84		560.529,87
5.3	Reversões de perdas por imparidade				
5.4	Transferências de AFT em curso			-	
5.5	Transferências de/para Ativos não correntes detidos para venda	-			
5.6	Outras transferências	-	_		
6	Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	12.693.598,55	(0,00)		12.693.598,55



Minhocom



minhocom

A informação relativa às quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, com referência ao período de 2021, pode ser analisada como segue:

	Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	20.210.603,65	1.860.199,91	10.700,51	22.081.504,07
2	Depreciações acumuladas iniciais	6.398.622,93	1.857.400,52	10.700,51	8.266.723,96
3	Perdas por imparidade acumuladas iniciais		-	<u> </u>	
4	Quantia líquida escriturada inicial(4 = 1 - 2 - 3)	13.811.980,72	2.799,39	-	13.814.780,11
5	Movimentos do período: $(5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4)$	(559.191,14)	(1.460,55)	<u>-</u>	(560.651,69)
5.1	Total das adições			<u> </u>	
	Aquisições em 1.ª mão				
5.2	Total das diminuições	559.191,14	1.460,55	-	560.651,69
	Depreciações	559.191,14	1.460,55		560.651,69
5.3	Reversões de perdas por imparidade	-			
5.4	Transferências de AFT em curso				
5.5	Transferências de/para Ativos não correntes detidos para venda	-			
5.6	Outras transferências		_	-	
6	Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	13.252.789,58	1.338,84	-	13.254.128,42

Nos períodos de 2022 e de 2021, a rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" apresentava a seguinte composição:

		2022		2021			
Rubricas	Gastos de depreciação e de amortização	Reconheciment o do subsidio ao investimento	Total	Gastos de depreciação e de amortização	Reconheciment o do subsídio ao investimento	Total	
Ativos fixos tangíveis	(560.529,87)	212.084,64	(348.445,23)	(560.651,69)	212.084,64	(348.567,05)	
	(560.529,87)	212.084,64	(348.445,23)	(560.651,69)	212.084,64	(348.567,05)	

Os ativos fixos tangíveis líquidos estão na sua totalidade afetos à atividade da entidade, não existindo quaisquer bens em poder de terceiros.

No período não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade, em virtude de ser convicção do Conselho de Administração que a quantia recuperável dos ativos excede a sua quantia escriturada.



7. Clientes

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Clientes" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2022	31.12.2021
Clientes c/c	109.158,23	309.983,11
Clientes de cobrança duvidosa	13.962,35	13.962,35
	123.120,58	323.945,46
Perdas por imparidade acumuladas	(13.962,35)	(13.962,35)
	109.158,23	309.983,11

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as dívidas de cobrança duvidosa apresentavam a seguinte composição:

	3.962,35 13.	.962,35
31.1	3.962,35 13	.962,35
	2.2022 31.12	.2021

8. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Outros créditos a receber" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2022	31.12.2021
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Serviços prestados	10.056,48	6.378,46
	10.056,48	6.378,46
Outros devedores	1.528,98	159,85
	11.585,46	6.538,31



SaraT

9. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2022	31.12.2021
Ativo		
Imposto sobre o valor acrescentado	-	244,98
	-	244,98
Passivo		
Imposto sobre rendimento	6.626,22	1.429,34
Retenção de impostos sobre rendimento	715,93	723,59
Imposto sobre o valor acrescentado	20.506,72	20.232,78
Contribuições para a Segurança Social	1.251,15	1.251,15
Outros	_	-
	29.100,02	23.636,86

10. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Gastos e rendimentos a reconhecer" apresentava a seguinte composição:

31.12.2022	31.12.2021
-	1.931,38
898,37	924,33
898,37	2.855,71
289.977,36	289.977,36
289.977,36	289.977,36
	898,37 898,37 289.977,36



minhocom +

11. Capital subscrito

O capital societário da entidade manteve-se inalterado no período, sendo constituído por 20.000 ações escriturais, nominativas, com o valor nominal unitário de cinco euros, encontrando-se totalmente subscrito e realizado.

12. Outros instrumentos de capital próprio

Nesta rubrica encontram-se reconhecidas as prestações acessórias, sujeitas ao regime das prestações suplementares, efetuadas pelo acionista privado no valor de 10.043.597,46 euros, que não vencem juros e que não se qualificam como passivo.

A restituição das prestações acessórias depende de deliberação dos acionistas e não pode ser efetuada se, após a restituição, o capital próprio ficar inferior à soma do capital societário e das reservas legais.

De acordo com a deliberação tomada em Assembleia Geral de proceder à restituição das prestações acessórias mediante disponibilidade de tesouraria, e desde que cumpridos os requisitos legais aplicáveis, no período foram restituídas prestações acessórias no montante de 525.000,00 euros.

13. Reservas

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Reservas" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2022	31.12.2021
Reservas legais	20.000,00	17.225,35
	20.000,00	17.225,35

14. Resultados transitados

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Resultados Transitados" apresentava a seguinte composição:

	(2.510.005,98)	(2.575.001,88)
Resultados transitados	(2.510.005,98)	(2.575.001,88)
Rubricas	31.12.2022	31.12.2021



,,,

minhocom

15. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A entidade obteve um subsídio referente ao financiamento do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento (POS_C), entidade tutelada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no âmbito da medida 4.1 "Redes Comunitárias", sendo cofinanciado pelo FEDER, no valor de 4.044.066,68 euros.

Após a fusão com a entidade **vali**com, gestão de infraestruturas de telecomunicações, eim, em 2015, foi ali também considerado o subsídio governamental obtido por aquela entidade no mesmo âmbito e no valor de 4,6 milhões de euros.

O valor total do subsídio encontra-se reconhecido na rubrica "Outras variações no capital próprio" e encontra-se a ser imputado na demonstração dos resultados em função da depreciação/amortização da Rede Comunitária. Durante o ano de 2022, o valor reconhecido, foi de 212.086,64 euros.

Tal como explicitado na nota 3, na Demonstração dos Resultados, o valor das depreciações e amortizações é apresentado líquido do subsídio imputado a rendimentos do período.

16. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

29.569,21	50.432,50
1.12.2022	31.12.2021
	1.12.2022





17. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Outras dívidas a pagar" apresentava a seguinte composição:

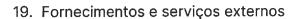
31.12.2022	31.12.2021
969.444,29	1.013.982,99
969.444,29	1.013.982,99
1.359,11	1.355,45
6.577,10	6.577,10
1.678,32	2.384,42
18,75	36,88
8.274,17	8.998,40
44.537,75	44.537,77
54.171,03	54.891,62
	969.444,29 969.444,29 1.359,11 6.577,10 1.678,32 18,75 8.274,17 44.537,75

18. Vendas e serviços prestados

Nos períodos de 2022 e de 2021, a rubrica "Vendas e serviços prestados" apresentava a seguinte composição:

		2022		2021				
Rubricas	mercado interno	mercado externo		Total	mercado interno	mercado externo		Total
Serviços prestados	600.906,96		-	600.906,96	592.801,54		-	592.801,54
	600.906,96		-	600.906,96	592.801,54		-	592.801,54





Nos períodos de 2022 e de 2021, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2022	2021
Subcontratos	9.814,39	9.972,59
Eletricidade	47.107,48	48.732,44
Material escritório	(58,00)	266,00
Rendas e alugueres	70.355,88	73.711,21
Comunicação	-	255,00
Seguros	3.593,53	3.190,90
Contencioso e notariado	240,00	65,00
Conservação e reparação	1.970,13	2.114,59
Trabalhos especializados	6.400,00	12.000,00
Licenças de software	1.240,96	1.324,67
Outros FSE	-	157,26
	140.664,37	151.789,66

20. Benefícios dos empregados, pessoas ao serviço e gastos com o pessoal

20.1. Pessoas ao serviço

	2022	2021
Administradores	5	5
Empregados	-	-
	5	5

20.2. Gastos com o pessoal

Nos períodos de 2022 e de 2021, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2022	2021
Remunerações dos órgãos sociais	36.912,91	37.528,28
Encargos sobre remunerações	6.046,80	6.208,71
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	224,99	203,87
Gastos de ação social	53,27	128,40
Outros gastos com pessoal	-	61,93
	43.237,97	44.131,19





Nos períodos de 2022 e de 2021, esta rubrica apresentava a seguinte compósição:

20,01	0,10
28.924,03	28.819,60
2022	2021

22. Outros gastos

Nos períodos de 2022 e de 2021, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2022	2021
Impostos e taxas	2.580,00	2.580,00
Serviços bancários	135,99	78,20
Outros gastos	0,06	412,50
-	2.716,05	3.070,70

23. Juros e gastos similares suportados

Nos períodos de 2022 e de 2021, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	0,32	5,75
Juros de mora e compensatórios	0,32	5,75
Rubricas	2022	2021

24. Imposto do período

Nos períodos de 2022 e de 2021, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	2022	2021
1 Resultado antes de impostos	94.787,06	74.056,89
2 Imposto corrente	11.060,22	6.286,34
3 Imposto diferido		_
4 Imposto sobre o rendimento do período (4 = 2 + 3)	11.060,22	6.286,34
5 Tributações autónomas	517,77	509,45
6 Taxa efetiva de imposto sobre o rendimento (6=(4+5)/1*100)	12,21%	9,18%



minhocom

25. Acontecimentos após a data do balanço

Entre a data de reporte das Demonstrações Financeiras (31 de dezembro de 2022) e a data de autorização para a sua emissão (14 de abril de 2023), não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às Demonstrações Financeiras do período.

26. Impacto do conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia nas demonstrações financeiras

Dois anos após severamente afetados pela pandemia de COVID-19, e quando seria expectável uma recuperação da economia, não obstante a persistência de ruturas nas cadeias de abastecimento globais e o surgimento de pressões inflacionistas, a invasão da Ucrânia pela Rússia, iniciada em fevereiro de 2022, constituiu o principal facto geopolítico a condicionar a evolução da economia e do comércio mundiais. Tal é motivado pelas perturbações que esta produziu em termos de aumento global da incerteza, de instabilidade do mercado energético internacional (com uma escalada dos preços de energia) e de escassez e aumento de preços de diversas matérias-primas essenciais para a indústria, bem como de produtos alimentares, segundo o Orçamento de Estado para 2023.

Não obstante o cenário de elevada incerteza, dada a performance financeira e operacional da entidade em 2022, é possível assegurar, à presente data, e com razoável grau de confiança, que os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade futuras da entidade, a existirem, não colocarão em causa a continuidade das suas operações, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022.

27. Divulgações exigidas por diplomas legais

O Órgão de Gestão informa que a entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos dos artigos 208.º e 210 do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Órgão de Gestão informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b), do n.º 1 do artigo 66.º - A do Código das Sociedades Comerciais, a entidade informa que os honorários praticados pelo Fiscal Único (Revisor Oficial de Contas) ascenderam a 2.952 euros (IVA incluído), referentes unicamente a serviços de revisão legal das contas.





28. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras



As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas pelo Órgão de Gestão para emissão em 14 de abril de 2023. Contudo, as mesmas ainda estão pendentes de aprovação em Assembleia Geral de acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Valença, 14 de abril de 2023

O Conselho de Administração,

José Gonçalves Teixeira; Presidente

Contabilista Certificada n.º 87721,

Daniela Filipa da Silva Pires

Saxa da Silva Teixeixa

Sara da Silva Teixeira; Vogal e Administrador Executivo

Em? - de Graça Nois (endaine

taule jorge de Curle Barrens de Sours

Emília da Graça Neto Cerdeira; Vogal

Paulo Jorge da Cunha Barreiro Sousa; Vogal

Vítor Paulo Comes Pereira; Vogal



Relatório & Contas 2022 minhocom

E) Certificação Legal das Contas





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, E.I.M. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 12.924.093,50 euros e um total de capital próprio de 11.551.831,59 euros, incluindo um resultado líquido do período de 83.726,84 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo - que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas -, relativas ao ano findo naquela data.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, E.I.M. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

JOAQUIM GUIMARÁES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÁES, BROC

Rapsio na OROC n.º 148 | Registo na CAVVM n.º 20161459 NIPC 503 951 943 | Capital Social 5 000 euros Membro de ABC & Associados - SROC, ACE Escribirtus

Pólo de Negodos de Braga, Edificio A Av. D. João H. n.* 404, 4.* Piso, Escritório 47 4715-275 Braga - Portugal T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 521

Av. 31 de Janemo, n.* 31, RAC 4715-052 Brega - Portugal T(+351):253 213 081 F(+351):253 213 759

MINTH ...



Relatório & Contas 2022 minhocom



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionals e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- dentificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno:
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluidas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades:
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui aínda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Braga, 14 de abril de 2023.

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC

Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459 Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771.

JOAQUIM GUIMARÁES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC

Registo ne OROC n.º 148 } Registo na CMVM n.º 20161459 NIPC 503 951 943 } Capital Social 5,000 euros Membro de ABC & Associados - SROC, ACE (graft) (investroc.ot) Boartorie

Poto de Negócios de Braga, Edificio A Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47 4715-275 Braga - Portugal T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 521

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C 4715-052 Brage - Portugal T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 759

HTMT1





Relatório & Contas 2022 minhocom

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Jmmsroc.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas:

 Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório sobre a ação fiscalizadora e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do período apresentados pelo órgão de gestão da Entidade

MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, E.I.M., referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2022.

2. Durante o período desempenhámos com regularidade as funções que nos foram confiadas, tendo nomeadamente

apreciado as contas e a gestão da Entidade.

3. Em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro (Estatuto da Ordem

dos Revisores Oficiais de Contas) e do n.º 2 do art.º 451.º do Código das Sociedades Comerciais, também emitimos a Certificação Legal das Contas em 14 de abril de 2023, com opinião não modificada (sem reservas) e sem ênfases.

4. Face ao exposto, e considerando que:

4.1. Os documentos de prestação de contas e a contabilidade caracterizam adequadamente o estado e a evolução da

gestão e satisfazem as disposições legais e estatutárias;

4.2. Se procedeu às verificações julgadas necessárias nas circunstâncias, tendo o órgão de gestão e os serviços da

Entidade apresentado as provas e os esclarecimentos solicitados; e

4.3. As bases de mensuração aplicadas, conduzem, na medida da sua aplicação, a uma apropriada avaliação do

património e dos resultados da Entidade,

O Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral aprove os documentos de prestação de contas do período de 2022, tal

como foram apresentados pelo órgão de gestão.

5. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao órgão de gestão e aos serviços da Entidade toda a colaboração prestada

no exercício das suas funções.

Braga, 14 de abril de 2023.

O FISCAL ÚNICO,

J Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC

Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459 Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC

Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771

DAQUIM GUMARÃES. MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUMARÃES, SRO

Registo na OROC n.º 148 i Registo na CMVM n.º 20161459 NIPC 503 951 943 | Capital Social 5 000 euros Membro de ABC 8 Associados - SROC, ACE comitationar o cet Encritorio

Pála de Negocios de Brega, Edificio A Av. D. João II. n.º 404, 4.º Preo, Escritório 47 4715-275 Brega - Portugel T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 521

Av 31 de Janeiro, n.º 31, R/C 47(5-052 Braga - Portugal T(*351) 253 213 061 F(*351) 253 213 759

THE

